TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - TCE-GO

12/09/2024

SUMÁRIO

Caiado volta a citar “tiro político' ao rebater Lula 3
Caiado volta a criticar gestão Lula: “tiro político' 4

Caiado volta a citar ‘tiro político’ ao rebater Lula

PODERES Governador acusa falta de apoio do governo federal em obras como Cora e policlínicas, exclusão de rodovias de leilão e articulação contra empréstimo de R$ 777 milhões com o BID

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Wesley Costa



Ronaldo Caiado (UB): acusação de viés ideológico em restrição a empréstimos com garantia da União

O governador Ronaldo Caiado (UB) fez críticas, nesta terça-feira (10), a movimentos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nas áreas de infraestrutura e finanças, que impactaram o estado de Goiás, acusou a gestão petista de tomar decisões com base em posição ideológica e citou, mais uma vez, "tiro político". As alegações foram contestadas pelo governo federal.

Caiado citou a publicação da portaria do Ministério da Fazenda, em abril, que restringiu as opções de empréstimos que podem ser tomados com garantia da União por estados que estejam no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que é o caso de Goiás. A decisão da Fazenda atingiu o plano do estado de contratar empréstimo de R$ 777 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BID) para o programa de infraestrutura "Goiás em Movimento Reconstrução".

"Fomos penalizados por uma atitude que eu não esperava do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em que o estado de Goiás tem a condição de fazer empréstimo junto ao BID e que, infelizmente, depois de tudo aprovado no Tesouro e também na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, foi baixada uma portaria específica para revogar a prerrogativa de Goiás poder tirar R$ 770 milhões para obras de infraestrutura", disse Caiado, em coletiva durante evento em que foi lançado programa de Pagamento por Serviços Ambientais.

O governador também disse que a contratação da verba foi articulada nos Estados Unidos. "Nós fomos a Washington, conseguimos essa verba e ela foi vetada num viés único e exclusivamente ideológico e caracterizando um verdadeiro tiro político", disse Caiado.

A declaração do governador ocorre quatro dias após visita de Lula a Goiás, quando o presidente participou da inauguração de trecho do BRT Norte-Sul, na praça da antiga Estação Ferroviária, em Goiânia. O vice-governador Daniel Vilela (MDB) representou Caiado na cerimônia, pois o chefe do Executivo goiano estava de férias na Grécia, acompanhando a festa de aniversário do cantor Gusttavo Lima. A viagem durou cerca de uma semana.

À CBN Goiânia, o secretário executivo de Relações Institucionais da Presidência da República, o goiano Olavo Noleto (PT), chamou a fala do governador de "acusação infeliz", disse que "pendências" vão se esclarecer e defendeu a "relação federativa" da atual gestão. Noleto também disse que "o governo federal tem tratado com a maior deferência, com o maior espírito público, o governador Caiado e o estado de Goiás". Noleto ainda chamou o RRF de "esforço tremendo" para ajudar os estados e afirmou que Goiás consegue contratar o empréstimo citado pelo governador sem o aval da União.

Caiado já havia acusado o governo federal de "tiro político" pelo menos outras duas vezes. A mais recente foi em julho deste ano, quando, durante visita a prédios históricos da cidade de Goiás, no contexto do aniversário de 297 anos do município, o governador atacou a superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no estado, após discordâncias relacionadas a obras de restauração no município. O POPULAR mostrou que, além de acusar o "tiro político", Caiado também disse que o órgão "atrapalha" o governo estadual e mencionou "perseguição".

Em dezembro de 2023, Caiado também classificou como "tiro político" o rebaixamento da nota de Goiás na avaliação sobre a Capacidade de Pagamento (Capag), de B para C. A decisão sobre o tema é tomada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ligada ao Ministério da Fazenda.

INFRAESTRUTURA

Na entrevista desta terça, Caiado reclamou de falta de apoio do governo federal em obras, como a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), que está em andamento, e para policlínicas e penitenciárias, que têm recursos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O anúncio da aplicação de recursos do PAC nessas obras foi feito em setembro de 2023, durante visita a Goiás do ministro da Casa Civil, Rui Costa. Na coletiva desta terça, Caiado também mencionou que não houve avanço no debate sobre a construção de BRT entre Luziânia e Brasília, demanda prioritária apresentada por Goiás e o Distrito Federal na primeira reunião de governadores com Lula, no início de 2023.

No que se refere ao Cora, a Casa Civil explicou, em nota, que o estado de Goiás possui contrato com a Fundação Pio XII para construção e gestão do hospital. De acordo com o órgão, "o governo federal não pode ressarcir este modelo de contratação". Como alternativa, foi proposta a contratação das fases não iniciadas da obra, "de acordo com as regras que regem as transferências do governo federal, o que não foi aceito pelo mesmo". O modelo citado na nota é de contrato via Caixa Econômica Federal. A Fundação Pio XII foi contratada sem licitação, ato que já foi questionado no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), mas teve representação arquivada.

De acordo com a Casa Civil, como alternativa, a União irá financiar os equipamentos das três alas do hospital, com o repasse, ainda neste ano, de R$ 26 milhões, via Ministério da Saúde, para compra de equipamentos para o espaço de pediatria, "após o envio da documentação por parte do governo do estado, por meio do sistema InvestSUS".

Em relação às policlínicas, a pasta informou que o governo de Goiás apresentou três cidades para a construção de unidades, mas duas delas têm menos de 50 mil habitantes, característica que as colocam fora do critério de seleção. A terceira é Mineiros, que tem 70 mil habitantes, mas a proposta também não foi aceita porque o município fica localizado na mesma macrorregião de saúde que Jataí, que já foi selecionado para uma obra do mesmo tipo.

Quanto ao BRT do Entorno do DF, a Casa Civil informou que o projeto foi pactuado no âmbito do Novo PAC. "No entanto, para a operacionalização do pleito, é necessário que o governo de Goiás desenvolva os estudos e projetos para a execução do empreendimento, com destaque para o Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA), que é exigência para a formalização do Termo de Compromisso", informou o órgão federal. Segundo a Casa Civil, os recursos para a obra estão assegurados.

A resposta não citou as penitenciárias.

ESTRADAS

Ainda no tema infraestrutura, Caiado citou que "causa estranheza" que "rodovias de fuga" de Goiás tenham sido excluídas do leilão do governo federal que será feito em breve. "Outro problema político-ideológico", disse o governador. A fala de Caiado é relacionada a trechos das GOs 020, 060, 070 e 080.

Em nota, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) afirmou que o portfólio de projetos de concessão rodoviária federal inclui seis iniciativas relacionadas a Goiás, entre eles o Polo Goiânia, que abrange os trechos das quatro GOs, que será gerenciado pelo órgão federal por meio de convênio com o governo de Goiás e o Ministério dos Transportes.

De acordo com a ANTT, a proposta deste projeto está em andamento e passou por período de audiências públicas entre março e abril. Atualmente, as sugestões estão sendo analisadas. Em seguida, os documentos devem ser enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise. A publicação dos editais dependerá também de outras fases e da aprovação da Corte.

Após citar a lista de reclamações, Caiado disse que espera "resposta do presidente". "Eu nunca utilizei a minha estrutura de governo para poder retaliar qualquer prefeito que não comungasse comigo durante toda a minha trajetória", disse o governador.

A reportagem entrou em contato com a assessoria da Presidência da República, que informou que os temas relacionados ao PAC e RRF seriam analisados pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda. A reportagem procurou os dois órgãos, mas não houve retorno da Fazenda até o fechamento desta edição.

NACIONAL

As declarações de Caiado também têm o contexto de disputa em Brasília. O Estadão mostrou que a leitura dentro do União Brasil (UB) é de que o Palácio do Planalto atuou para desidratar a candidatura de Elmar Nascimento (UB-BA) à presidência da Câmara. O UB está na base de Lula, com o comando de três ministérios. No entanto, desde o início da gestão petista existe divisão dentro do partido, sendo Caiado um dos principais nomes em defesa da ida da legenda para a oposição.

Com o novo imbróglio, parte da sigla defende a entrega de cargos, para que o UB possa se aliar com o PL, partido de Jair Bolsonaro. Caiado é próximo do ex-presidente e busca seu apoio para disputar a Presidência da República em 2026.

O POPULAR - GO | 11/09/2024 00:00 | IMPRESSO

RECADOS

Caiado volta a criticar gestão Lula: “tiro político”

Governador reclamou de “falta de apoio” para obras como o Cora. União rebate queixas P4